

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 2/XII/2.^a SL

Aos 26 dias do mês de Setembro de 2012, pelas 10:15 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00 horas

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Admissão e distribuição de petições;**
3. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
4. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:**
 - COM(2012)140 - Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu Luta contra a criminalidade na era digital: criação de um Centro Europeu da Cibercriminalidade;**
 - COM(2011)713 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho Avaliação estatística da criminalidade na UE: Plano de Ação estatístico 2011-2015;**
 - Relatora - Deputada Isabel Oneto (PS)**

 - COM(2012)363 - Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à luta contra a fraude lesiva dos interesses financeiros da União através do direito penal (SWD(2012)195,SWD(2012)196);**
 - Relator - Deputado Jorge Lacão (PS)**

 - COM(2012)230 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Relatório semestral sobre o funcionamento do espaço Schengen: 1 de novembro de 2011 - 30 de abril de 2012;**
 - COM(2011)596 - Parecer da Comissão de 30.9.2011 sobre os pedidos de alteração do Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia apresentados pelo Tribunal de Justiça;**
 - COM(2011)564 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a cooperação no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos no âmbito da Parceria Oriental;**
 - Relatora - Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)**
5. **Constituição de Grupo de Trabalho para preparação da discussão e votação na especialidade da:**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 2/XII/2.^a SL

Proposta de Lei n.º 84/XII/1.^a (GOV) - "Cria o Tribunal Arbitral do Desporto (TAD), com competência específica para administrar a justiça relativamente a litígios que relevam do ordenamento jurídico desportivo ou relacionados com a prática do desporto, e aprova a lei do TAD" e

Projeto de Lei n.º 236/XII/1.^a (PS) - "Cria o Tribunal Arbitral do Desporto";

6. Outros assuntos

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão (PSD), procedeu-se à distribuição dos Projetos de Lei n.ºs 286/XII/2.^a (BE) – *Altera a lei-quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa em matéria de acesso a documentos*, 287/XII/2.^a (BE) - *Altera a lei-quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, reforçando as competências da Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP nos casos de recolha ilegítima de informação por parte dos serviços de informações* e 288/XII/2.^a (BE) - *Altera a lei-quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, consagrando o “período de nojo” para os seus dirigentes e funcionários com especiais responsabilidades*, dos quais foi designado relator o Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD).

No segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente deu conta de ter sido remetida à Comissão a Petição n.º 167/XII/2.^a, da iniciativa de Ana Isabel Gonçalves Mendes e outros (total de 5232 assinaturas), que solicitam a demissão imediata do Ministro dos Assuntos Parlamentares, Miguel Relvas.

O Senhor Presidente salientou que, tal como constata a nota de admissibilidade, a Constituição da República Portuguesa não atribui à Assembleia da República competência para exonerar um Ministro, razão pela qual, sendo a pretensão deduzida ilegal, se propõe o indeferimento liminar da petição.

A este propósito, a Senhora Deputada Cecília Honório (BE), reconhecendo o rigor técnico e a seriedade da nota de admissibilidade, salientou que apenas o atual estado “clínico” da democracia levou os peticionantes a recorrer à Assembleia da República solicitando a demissão de um Ministro, sustentando-se, para tal, em factos concretos e específicos.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 2/XII/2.^a SL

O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), respeitando o perfil técnico da nota de admissibilidade, afirmou que um regime político em que as assembleias nomeiam todos os membros do Governo poderá ser aceitável para alguns, mas não para todos. Considerou ainda que as declarações públicas da primeira peticionante provam que a petição é absolutamente política e não tem sustentação legal, concluindo ainda que qualquer Grupo Parlamentar pode, a qualquer momento, pedir a demissão de um Ministro.

A Senhora Deputada Isabel Oneto (PS), estribando-se no rigor da análise feita pela nota de admissibilidade, não deixou de constatar que a leitura política da petição tem de ser feita, percebendo-se o que levou estes cidadãos a dirigirem-se à Assembleia da República.

Finalmente, o Senhor Deputado António Filipe (PCP), temendo que a demora na análise da petição a viesse a tornar supervenientemente inútil, recordou que o seu Grupo Parlamentar, na revisão constitucional de 1997, propôs a introdução na Lei Fundamental da figura da moção de censura sectorial, o que daria à Assembleia da República competência para, pelo menos, debater a proposta de censura do Ministro. Todavia, tal proposta não foi aceite, pelo que a petição não poderia, de facto, ser admitida.

No final, após a aprovação por unanimidade – registando-se a ausência do PEV – da proposta de indeferimento liminar da petição, o Senhor Presidente informou a Comissão de que os peticionantes tinham entregado à Senhora Presidente da Assembleia da República um conjunto de livros usados e uma pasta contendo jornais velhos que, sendo irrelevantes para a apreciação da petição – e tendo esta sido indeferida –, se propunha devolver à primeira subscritora, proposta com a qual todos os Grupos Parlamentares concordaram.

Ainda neste ponto da ordem do dia, foi admitida por unanimidade (na ausência do PEV) a Petição n.º 169/XII/1.^a, de Joaquim Maria Botelho de Sousa Cymbron, que “Pretende que seja alterado o Código Processo Penal, no sentido de não se continuar a negar ao arguido o direito de autodefesa”, tendo sido designada sua relatora a Senhora Deputada Margarida Almeida (PSD).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 2/XII/2.^a SL

Passando ao quarto ponto da ordem do dia, usou da palavra a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS), que, tendo solicitado o adiamento da apresentação do relatório relativo à avaliação estatística da criminalidade na EU, apresentou o relatório relativo à COM(2011)713 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho Avaliação estatística da criminalidade na UE: Plano de Ação estatístico 2011-2015.

A Senhora Deputada salientou que a Comissão deve acompanhar com atenção esta matéria, uma vez que, em resultado da reestruturação orgânica levada a cabo pelo atual Governo, não se percebe com clareza quem definirá quais as infraestruturas críticas em caso de ataque cibernético.

Usaram da palavra o Senhor Presidente, que, elogiando o parecer, salientou que o cibercrime não é ficção científica e que o plano de atividades da Comissão poderá passar por uma deslocação às instalações da Autoridade Nacional de Proteção Civil, e a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP), que salientou o interesse da matéria e do relatório e lembrou que o Ministério da Administração Interna tem prestado atenção a este domínio, como provam a realização de um recente seminário e a criação do Centro Nacional de Cibersegurança.

No final, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Ainda neste ponto, usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS), que apresentou o relatório sobre Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à luta contra a fraude lesiva dos interesses financeiros da União através do direito penal (SWD(2012)195,SWD(2012)196), que foi aprovado por unanimidade.

Finalmente, ainda neste ponto da ordem do dia, usou da palavra a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP), que apresentou os relatórios das seguintes iniciativas europeias:

COM(2012)230 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Relatório semestral sobre o funcionamento do espaço Schengen: 1 de novembro de 2011 - 30 de abril de 2012;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 2/XII/2.ª SL

COM(2011)596 - Parecer da Comissão de 30.9.2011 sobre os pedidos de alteração do Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia apresentados pelo Tribunal de Justiça;

COM(2011)564 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a cooperação no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos no âmbito da Parceria Oriental.

No final, os relatórios foram aprovados por unanimidade.

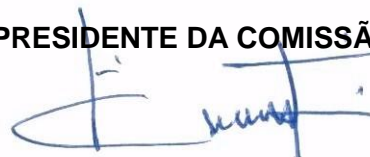
No quinto ponto da ordem de trabalhos, foi constituído o grupo de trabalho para preparação da discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 84/XII/1.ª (GOV) - "*Cria o Tribunal Arbitral do Desporto (TAD), com competência específica para administrar a justiça relativamente a litígios que relevam do ordenamento jurídico desportivo ou relacionados com a prática do desporto, e aprova a lei do TAD*" e do Projeto de Lei n.º 236/XII/1.ª (PS) - "*Cria o Tribunal Arbitral do Desporto*", tendo os diversos Grupos Parlamentares indicado os seguintes membros:

Coordenador: Dep. Paulo Ribeiro (PSD)
Dep. Isabel Moreira (PS)
Dep. Artur Rego (CDS/PP)
Dep. João Oliveira (PCP)
Dep. Cecília Honório (BE).

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de Setembro de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 03-10-2012



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 2/XII/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lacão
José Luís Ferreira
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
António Filipe
Margarida Almeida

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisca Almeida
Luís Pita Ameixa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto